

A ORTOGRAFIA LUSOFÔNICA: breve histórico

Marinalva Freire da Silva*

Resumo

Trata-se de um breve histórico sobre o Sistema Ortográfico Luso-brasileiro que será substituído pelo Acordo Ortográfico Lusofônico, para tornar realidade um antigo sonho: a unificação da Língua Portuguesa, falada e escrita em sete países que formam a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), a saber: Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe.

O termo **ortografia**, de origem grega (orthos - correta grafia = escrita), é a correta grafia das palavras, é a correta transcrição dos vocábulos de uma determinada língua; é, ainda, a correta representação gráfica dos sons da fala. É a ortografia que permite a coerência de uma língua escrita paralelamente à língua falada.

A história da ortografia portuguesa, segundo Sílvio Elia, pode ser dividida em três períodos: **fonético** (que vai das origens medievais até meados do século XVI); **pseudo-etimológico** (que vai de meados do século XVI até 1904, data da publicação da **ORTOGRAFIA NACIONAL**, de Gonçalves Viana); e o reformado (que se inicia em 1904 até os dias atuais).

No período fonético, que pertence à fase arcaica da língua, a grafia era realmente a veste da palavra e tinha a finalidade de representar, na escrita, os sons da fala. Todavia, a grafia não foi rigorosamente fonética, e a prova disso é que havia grande instabilidade gráfica, o que levou muitos eruditos do Renascimento a uma tentativa de racionalizar a grafia portuguesa, aproximando-a da latina. E por não conhecerem o verdadeiro método da pesquisa etimológica, deixaram-se levar por falsos princípios, do que resultou uma ortografia complicada e pedantesca, conforme apresenta Sílvio Elia. Foi preciso que se tivesse construído a Linguística como ciência, graças ao método histórico-comparativo, a fim de que as investigações etimológicas adquirissem, enfim, segurança nos resultados. Ao sábio foneticista português Gonçalves Viana, coube, pela primeira vez e de forma sistemática, aplicar à ortografia da língua portuguesa o tratamento histórico-comparativo e, do seu apurado trabalho, nasceu um livro importante na história da escrita luso-brasileira, a **ORTOGRAFIA NACIONAL**, vinda à lume em 1904. A partir dessa publicação, Ismael de Lima Coutinho estabeleceu o início do terceiro período da ortografia - o **reformado**.

A reforma de Gonçalves Viana tomou por base a fonética histórica, isto é, as normas a que se submetem os sons latinos na passagem para o português; por isso, o seu sistema é que é verdadeiramente etimológico e não aquele que, absurdamente, durante tanto tempo, utilizou-se desse nome.

* Professora do DLEM/CCHLA/UFPB- João Pessoa
Consultora da UEPB - Guarabira
Coordenadora e Chefe do Departamento de Letras da UNIPÊ. João Pessoa Doutora em Filologia Romântica
Escritora

Sílvio Elia segue discorrendo sobre Gonçalves Viana cujos trabalhos tiveram grande repercussão e, em 1911, o governo português nomeou uma comissão para estudar as bases da reforma ortográfica. Em 1916, ele oficializava a nova ortografia, quase por inteiro apoiada nos ensinamentos de Gonçalves Viana, que fora membro proeminente da Comissão. Não tardou muito para que o sistema português começasse a ser devidamente apreciado pelos professores brasileiros e, em 1931, foi o sistema simplificado estendido oficialmente ao Brasil.

E oportuno repetir com Sílvio Elia que os elementos rotineiros conseguiram, porém, enxertar um artigo abstruso e mal redigido nas Disposições Transitórias da Constituição Brasileira de 1934, o que forçou a volta do sistema anterior, denominado usual ou misto. O Golpe de Estado de 1937 restabeleceu, contudo, o sistema simplificado de 31, mas acrescentou-lhe novas regras sobre acentuação gráfica. A partir de então, Portugal e Brasil recomeçaram a divergir em matéria ortográfica, de sorte que se tornou necessário novo entendimento entre os dois países. Em consequência, surgiu a Convenção Luso-Brasileira de 1943, que deu novas forças ao Acordo de 1931. Num último esforço para aplainar alguns pontos controversos, reuniu-se em Lisboa, em 1943, uma conferência ortográfica luso-brasileira cujo resultado foram as "**Conclusões Complementares do Acordo de 1931**". Posta em vigor em Portugal a partir de 1º de janeiro de 1946, a sua execução tem provocado entre nós intermináveis polêmicas, não tendo o Acordo logrado a ratificação do Congresso Nacional.

Entretanto, continua sendo exigida oficialmente a ortografia do Pequeno Vocabulário que a Academia Brasileira fez imprimir em 1943, em sessão de 12 de agosto.

Esse acordo ortográfico foi adotado nos documentos oficiais através da circular de 5-7-1946, da Secretaria da Presidência da República. Foi promulgado pelo Congresso Nacional através do Decreto-Lei nº 2623, de 21-10-1955, sendo assinado pelo Presidente Café Filho.

Esse Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro de 1943 fixou a acentuação gráfica em 16 regras e 17 observações.

Em 18 de setembro de 1971, é assinada a Lei 5.765, que veio simplificar esse conjunto de regras e observações, abolindo duas regras (a do acento diferencial de timbre e a do acento grave e circunflexo nas sílabas subtônicas) e duas observações.

Para facilitar a aprendizagem da matéria, Celso Pedro Luft publicou seu Novo **Guia Ortográfico**, reduzindo as regras ortográficas em um decálogo, ou seja, em dez regras de acentuação gráfica.

Agora, o Sistema Ortográfico Luso-Brasileiro está dando lugar ao **ACORDO ORTOGRÁFICO LUSOFÔNICO**, já aprovado em Brasília, que aguarda tão somente ser complementado pela Assembléia da República (Palácio de São Bento - Lisboa), para tornar realidade um antigo sonho; a unificação da Língua Portuguesa, falada e escrita em sete países que formam a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), a saber:

BRASIL (146.154.500 habitantes);

PORTUGAL (10.421.000 habitantes);

ANGOLA (10.264.000 habitantes) (bacongo, quibundo);

CABO VERDE (341.000 habitantes) (dialeto crioulo); **GUINÉ-BISSAU** (944.000 habitantes) (dialeto crioulo);

MOÇAMBIQUE (14.628.000 habitantes) (banto, muchope, rougal, outras); **SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE** (123.000 habitantes) (dialeto africanos).

Esses dados foram extraídos do Jornal O ESCRITOR de UBE/SÃO PAULO nº 70, out./dez/91, dados apresentados no II Congresso de Escritores de Língua Portuguesa.

A ISTO É, nº 1293, de 13/07/94, traz a seguinte reportagem: Língua: "GUERRA DE

LETRAS", apresentando as modificações ortográficas, a saber:

1- ALFABETO (de 23 passará a 26 letras, com a inclusão de K, W e Y);

2-SEQUÊNCIAS CONSONANTAIS (dupla grafia e dupla pronúncia nas palavras, ação - acção; fato - facto; aspecto - aspecto);

3 - ACENTUAÇÃO GRÁFICA-PAROXÍTONAS:

- Os ditongos abertos éi, ói (assembléia, heróica, idéia, jibóia - perderão o acento gráfico).
- As formas verbais crêem, dêem, lêem, vêem e seus derivados: descrêem, desdêem, relêem, revêem etc -> perderão o acento gráfico.
- O mesmo ocorrerá com vãos, enjãos, dão, abenção - perderão o acento gráfico.

4 - HÍFEN:

- Em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares emprega-se o hífen (guarda-chuva, guarda-noturno);

Obs.: São escritas aglutinadamente palavras em que o falante contemporâneo perdeu a noção de composição: (PARAQUEDAS, MANDACHUVA, antes usadas por hífen)

- Emprega-se o hífen nos seguintes topônimos:

-Iniciados por Grã e Grão: Grão-Pará

-Iniciados por verbo: Passa-Quatro

-Cujos elementos estejam ligados por artigo: Baía de Todos-os-Santos.

Obs.: Os demais topônimos compostos são escritos separados e sem hífen (Cabo Verde), à exceção de Guiné-Bissau.

(Antes, não havia regra específica para o uso do hífen em topônimos, sendo esta uma criação do sistema ortográfico lusofônico).

Assim, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é uma dessas coalizões que, dotadas de dinâmica interativa, acabam por estabelecer convivência, relacionando-se umas com as outras, em dimensões crescentemente novas e não excludentes.

Segundo João Batista Cruz, primeiro Secretário do II Congresso de Escritores de Língua Portuguesa, para conceber a idéia de Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o Embaixador José Aparecido de Oliveira partiu da premissa de que,

em nome da própria identidade cultural, temos deveres ampliados para com nossas raízes. A Comunidade Latina reunirá, no ano 2.000, um bilhão de pessoas. De cada cinco habitantes, um estará falando uma língua latina. Nossa língua, o idioma dos povos de Angola, Moçambique Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, dos portugueses e brasileiros, como dos povos das relíquias étnicas da Ásia, em Macau e Timor, em Goa e Damão será o meio de se comunicar para cerca de 220 milhões de pessoas, ou seja, quase vinte e cinco por cento da latinidade.

Finalmente, o seu pronunciamento, alude a que a iniciativa brasileira significa, portanto, o oportuno reconhecimento da necessidade de institucionalizar a dimensão de poder dos países de língua comum, que incluem países de três continentes, ao norte e ao sul do Equador, em estágios de desenvolvimento distintos e com grandezas físicas.

Nesse sentido, Antônio Houaiss, filólogo e ex-ministro da Cultura, afirma que

há na lusofonia, por sua tradição gráfica, que vem sendo enriquecida em todos os sete países soberanos, por sua expressão demográfica, a consciência de que é uma das dez maiores comunidades linguageiras da humanidade, mais rigorosamente a sétima. Trata-se, pois, de uma língua de relevante importância, sob qualquer que seja o ponto de vista.

Cláudio Willer, ex-presidente da União Brasileira de Escritores de São Paulo, lembra que o Brasil e Portugal são os únicos países em todo o planeta capazes de, com a mesma língua, resolverem ter ortografias distintas para demarcar suas diferenças de pronúncia. Segundo ele, se os hispano-americanos, acometidos de ataques agudos de xenofobia e provincialismo, tivessem seguido por esse caminho, teriam hoje umas dez ou quinze ortografias, em uma Babel Ortográfica que só iria prejudicar a circulação de livros e a penetração de suas literaturas em um mercado editorial de língua espanhola então irremediavelmente fragmentado. Assim, ratificando as palavras de Cláudio Willer, faz-se necessário conscientizarmo-nos de que

Portugal e os países africanos de língua portuguesa são etapas indispensáveis na ruptura do isolamento de nossa literatura; isolamento, diga-se de passagem, hoje em dia até mesmo com relação ao público leitor, à crítica e ao mercado editorial especificamente brasileiros.

Assim, a construção da Lusofonia não é apenas uma questão lingüística, exige a consideração de dados sociais, políticos, culturais e ideológicos porque o espaço lusofônico é lingüístico de diálogo intercultural.

É imprescindível, dentro de uma política de Lusofonia, não só a introdução de uma língua na informática, novas tecnologias etc, como também a elaboração de Bases de Dados Lexicográficos por Computador, Vocabulários comuns que dêem conta das peculiaridades da língua.

Nesse sentido, veja-se um trecho das conclusões do I Encontro Internacional de Lusofonia, realizado em Madrid/Espanha, em setembro de 1988:

Uma língua de dimensão internacional e intercontinental exige não só uma lusografia como também uma lusofonia em que sejam intervenientes não só os governos e organizações onde, atualmente, se processa a cunhagem da nossa língua

A lusografia pressupõe um indispensável acordo ortográfico, uma uniformização terminológica, sobretudo nas linguagens técnicas e científicas

O desenvolvimento da língua portuguesa deve acompanhar o desenvolvimento das línguas nacionais africanas, como forma de garantir a competência lingüística e de potenciar a capacidade de integração intra e intercultural. O ensino das Literaturas e da Língua é um fator determinante da consolidação das culturas e do reforço da construção nacional. Assim, pressupõe-se que no espaço da Lusofonia sejam promovidas iniciativas que possibilitem uma troca de experiências pedagógicas, para além do intercâmbio cultural e científico.

Resta-nos, agora, aguardar a implantação deste Acordo Ortográfico, que já foi aprovado em Brasília, conforme já se frisou, para concretizar um antigo sonho: a unificação da Língua Portuguesa falada e escrita em sete países, os países da chamada CPLP- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

LUSOPHONIC ORTHOGRAPHY: a brief history

Abstract

This study presents a brief history of the Luso-Brazilian Orthographic System which will be replaced by the Lusophonic Orthographic Agreement. This Agreement represents an old dream come true: the

unification of the Portuguese Language as it is spoken and written in the seven countries which make up the CPLP (the Community of Portuguese Speaking Countries): Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Henrique L. Língua reconhecida. **Linguagem viva**. São Paulo, v. 6, n. 62, p. 5, out. 1994.

_____. Congresso: O sonho não acabou. **O Escritor**. São Paulo, n. 62, p. 6-7, out./dez. 1991.

BUDIM, J., ELZA, Sílvio. **Compêndio de língua portuguesa**. 12 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1961 apud MELLO, Linalda de Arruda (org.) Justificação histórica de algumas regras de ortografia. (apostila do Curso História Externa e Interna de Língua Portuguesa - Pós-Graduação em Letras da UFPB 1983, p. 1-2).

ENCONTRO Internacional de Lusofonia, 1. Madrid, set. 1988. **Conclusões** 2 p. (mimeo)

GUERRA das Letras. **IstoÉ**, n. 1293, 13 de julho de 1994, p. 70-1.

LUFT, Celso Pedro. **Novo guia ortográfico**. 6. ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

MARCELINO, Alípio Rocha. Instituto Internacional de Língua Portuguesa e Acordo Ortográfico. **Linguagem Viva**, São Paulo, a. 5, n. 60, p.10, ago. 1994.

O SONHO Fica..., **O Escritor**. São Paulo, n. 71, p. 1, dez. 1993/jan. 1994.

WILLER Cláudio. Ainda os Congressos de escritores de língua portuguesa. **Linguagem Viva**, São Paulo, a. 5, n. 53, p. 1, San. 1994.